

QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Av. Antônio Frederico Ozan, 101, 3º andar, bairro São Luís, Canoas, RS, CEP 92420-360.

CNPJ: 49.035.310/0001-30

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração Resultado Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em **31/03/2026**.

<https://querocred.com.br/politicas/>

A Diretoria da **QUEROCRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

GIOVANA
STEFANI

ZAFFARI:01711
297097

Assinado de forma
digital por GIOVANA
STEFANI

ZAFFARI:01711297097
Dados: 2026.03.30
16:33:47 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora de Crédito

PAULO EDUARDO PEREIRA
CRC SC 030018/O-3

Termo Declaratório

Eu, GIOVANA STEFANI ZAFFARI, brasileira, controladora e diretora administrativa financeira de empresas, portador do CPF sob nº 017.112.970-97, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2026

GIOVANA
STEFANI
ZAFFARI:01711
297097

Assinado de forma
digital por GIOVANA
STEFANI
ZAFFARI:01711297097
Dados: 2026.03.30
16:34:40 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora de Crédito

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

ATIVO

	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Disponibilidades (Nota 3)	849.812,74	665.275,30
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	224.763,25
Relação interfinanceira Bacen (Nota 5)	1.000.000,00	-
Operações de crédito (Nota 6)	432.353,83	317.517,29
Outros créditos	11.893,02	-
	-----	-----
Total do circulante	2.294.059,59	1.207.555,84
Realizável a longo prazo		
Operações de crédito (Nota 6)	110.559,45	54.427,27
	-----	-----
Total do não circulante	110.559,45	54.427,27
	-----	-----
Total do circulante e não circulante	2.404.619,04	1.261.983,11
PERMANENTE		
Imobilizado (Nota 7)	8.298,70	7.250,34
	-----	-----
Total do permanente	8.298,70	7.250,34
	-----	-----
Total do ativo	2.412.917,74	1.269.233,45
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

PASSIVO

	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Credores diversos (Nota 8)	-	8.287,43
Outras obrigações (Nota 9)	7.077,72	267,19
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	9.448,17	6.509,73
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 11)	22.866,21	17.527,26
	-----	-----
Total do circulante e não circulante	39.392,10	32.591,61
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 12)	3.000.000,00	2.000.000,00
Prejuízos acumulados	(626.474,36)	(763.358,16)
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	2.373.525,64	1.236.641,84
	-----	-----
Total do passivo e patrimônio líquido	2.412.917,74	1.269.233,45
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	31.12.2025		31.12.2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas operacionais			
Rendas de operação de crédito	90.533,04	193.955,12	564.550,05
Rendas com títulos e valores mobiliários	-	8.661,65	30.246,18
Rendas com prestação de serviços	10.323,09	27.723,63	22.747,80
Outras receitas operacionais de operação de crédito	71.120,43	899.623,09	-
Reversão de provisão de risco de crédito	1.476,64	4.142,96	-
Reversão de provisão passivas não associados	69.547,82	69.547,82	-
Total receita operacional	243.001,02	1.203.654,27	617.544,03
Despesas operacionais			
Despesas de pessoal	(121.914,08)	(258.641,23)	(240.233,27)
Despesas de processamento	(135.907,65)	(276.989,11)	(316.066,52)
Despesas de comunicação	(647,26)	(647,26)	-
Despesas de promoções e relações públicas	-	-	(2.520,00)
Despesas com propaganda e publicidade	(476,10)	(476,10)	(47.125,40)
Despesas de serviços de sistema financeiro	(1.787,23)	(3.736,71)	(2.179,56)
Despesas de serviços técnicos	(122.816,08)	(265.268,49)	(298.783,39)
Despesa de serviços de terceiros	(2.559,08)	(2.559,08)	-
Despesas de transporte	(17.502,25)	(30.241,75)	(12.824,58)
Despesas tributárias	(30.916,10)	(33.352,37)	(10.372,01)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(6.282,81)	(13.350,31)	(7.769,58)
Aprovisionamentos e ajustes	(1.660,33)	(2.806,64)	(62.396,40)
Outras despesas operacionais	(14.749,20)	(88.703,80)	(78.203,84)
Total das despesas operacionais	(457.218,17)	(976.772,85)	(1.078.474,55)
Resultado operacional	(214.217,15)	226.881,42	(460.930,52)
Outras despesas e receitas não operacionais	-	8.482,96	-
IRPJ e CSLL	(2.413,26)	(98.480,58)	-
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício	(216.630,41)	136.883,80	(460.930,52)
Ações em circulação no final do exercício	3.000.000	3.000.000	2.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – R\$	(0,072)	0,045	(0,230)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	31.12.2025		31.12.2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro(prejuízo) do semestre/exercício	(216.630,41)	136.883,80	(460.930,52)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	(216.630,41)	136.883,80	(460.930,52)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000.000,00	(316.009,13)	1.683.990,87
Prejuízo do exercício	-	(460.930,52)	(460.930,52)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000.000,00	(776.939,65)	1.223.060,35
Ajuste de exercício anterior (Nota 14)	-	13.581,49	13.581,49
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	2.000.000,00	(763.358,16)	1.236.641,84
Lucro do exercício	-	136.883,80	136.883,80
Aumento de capital	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.000.000,00	(626.474,36)	2.373.525,64
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000.000,00	(409.843,95)	1.590.156,05
Lucro do semestre	-	(216.630,41)	(216.630,41)
Aumento de capital	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.000.000,00	(626.474,36)	2.373.525,64

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	31.12.2025		31.12.2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre	(216.630,41)	136.883,80	(460.930,52)
Ajustes por:			
Depreciação	1.660,33	2.806,64	2.292,63
Ajuste de exercício anterior	-	13.581,49	-
Provisão para risco de crédito	4.598,90	24.641,31	60.103,77
Redução (aumento) da variação de ativos:			
Títulos e valores mobiliários	-	224.763,25	414.180,80
Relação interfinanceira Bacen	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)	-
Operação de crédito	100.368,07	(209.191,52)	629.454,40
Outros créditos	98.106,98	(11.893,02)	6.223,00
Aumento (redução) da variação de passivos:			
Fornecedores	-	(8.287,43)	8.287,43
Outras obrigações	6.774,05	6.810,53	211,76
Fiscais e previdenciárias	(63.798,56)	2.938,44	(428,97)
Provisão para pagamentos a efetuar	157,93	5.338,95	5.880,00
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.068.762,71)	(811.607,56)	665.274,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de ativo imobilizado	(3.855,00)	(3.855,00)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.855,00)	(3.855,00)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	1.000.000,00	1.000.000,00	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.000.000,00	1.000.000,00	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(72.617,71)	184.537,44	665.274,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	922.430,45	665.275,30	1,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	849.812,74	849.812,74	665.275,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Querocred Sociedade de Crédito S.A. (“Companhia” ou “Querocred”) tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como prestação de serviços de análise de crédito e cobrança extrajudicial para terceiros.

A Companhia foi constituída, de acordo com o seu estatuto social em 13 de dezembro de 2021 e suas operações tiveram início em 01 de março de 2023. A Companhia está sediada na cidade de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de novembro de 2022, a Querocred Sociedade de Crédito Direto S.A. obteve sua autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação do Diário Oficial da União. Desta forma, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante a forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2026.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de eventuais ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Títulos e valores mobiliários

2.4.1. Classificação

(a) Ativos financeiros

A Companhia avalia e classifica seus ativos financeiros para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5. Operação de crédito

As operações de crédito estarão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

A provisão para risco de crédito está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas com rendas e serviços representam o valor faturado ou atualizado pelo regime de competência, recebido ou a receber pela operação de crédito no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta.

3. DISPONIBILIDADES

	31.12.2025	31.12.2024
Bancos conta movimento	849.812,74	665.275,30
	849.812,74	665.275,30

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Certificados de depósito bancário (100% do CDI)	-	224.763,25
	-	224.763,25

	0 a 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31.12.2025 Total	31.12.2024 Total
Títulos para negociação:					
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	224.763,25
	-	-	-	-	224.763,25

5. RELAÇÃO INTERFINANCEIRA BACEN

	31.12.2025	31.12.2024
Conta vinculada BACEN	1.000.000,00	-
	1.000.000,00	-

Deposito interfinanceiro realizado junto ao BACEN para o aumento de capital celebrado entre os acionista conforme a AGE. A homologação definitiva desta operação de aumento foi registrada no pelo BACEN de acordo com o OFÍCIO 2.051/2026-BCB/DEORF/GTPAL em 26 de janeiro de 2026.

6. OPERAÇÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Classificação por operação de crédito

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	512.313,08	114.528,48	626.841,56	367.415,44	54.743,93	422.159,37
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas	(65.939,36)	-	(65.939,36)	(49.898,15)	(316,66)	(50.214,81)
(-) Provisão adicional	(7.072,04)	(3.969,03)	(11.041,07)	-	-	-
(-) RD – TJEO Diferenciada	(6.947,85)	-	(6.947,85)	-	-	-
	432.353,83	110.559,45	542.913,28	317.517,29	54.427,27	371.944,56

b) Composição das carteiras de operações de crédito

Composição de carteira de operações de crédito	31/12/2025
Empréstimos – Capital de giro	502.552,70
Direitos creditório descontado	40.360,58
Financiamento	-
Total	542.913,28

c) Classificação por estágio de Risco de Crédito

Composição de carteira de operações de crédito	31/12/2025
Metodologia Simplificada – Ativos não problemáticos	
Empréstimos e direitos creditórios	546.063,70
Financiamentos	-
Metodologia Simplificada – Ativos problemáticos	
Empréstimos e direitos creditórios	73.830,01
Total	619.893,71

d) Classificação por carteira de Crédito

Carteira C3	43.327,03
Não Problemáticos	37.651,33
De 0 a 14 dias de atraso	37.651,33
Problemáticos Adimplidos	6.675,70
De 0 a 90 dias e atraso	6.675,70
Carteira C4	376.837,25
Não Problemáticos	313.787,49
De 0 a 14 dias de atraso	313.787,49
Problemáticos inadimplidos	63.049,76
Inadimplido – Período igual ou maior que 19 e menor que 20	12.917,91
Inadimplido – Período igual ou maior que 20 e menor que 21	50.131,85
Carteira C5	198.729,43
Não Problemáticos	194.624,88
De 0 a 14 dias de atraso	194.624,88
Problemáticos inadimplidos	4.104,55
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 e menor que 14	4.104,55

e) Composição por nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos e financiamentos	-	552.739,40	-	-	-	-	-	-	67.154,31	619.893,71
Total	-	552.739,40	-	-	-	-	-	-	67.154,31	619.893,71
% da carteira	-	89,17%	-	-	-	-	-	-	10,83%	100%
Provisão	-	(10.901,52)	-	-	-	-	-	-	(66.078,91)	(76.980,43)
Saldo carteira líquida	-	541.837,88	-	-	-	-	-	-	1.075,40	542.913,28

f) Cessão de crédito

Conforme contratos, no segundo semestre de 2025 a Querocred realizou a cessão de seus créditos de operações com “Financiamentos” para a securitizadora QC Securitizadora S.A..

7. IMOBILIZADO

2024	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.463,20	11.463,20
Aquisição	-	-
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	----- =====	----- =====
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.920,23)	(1.920,23)
Depreciação	(2.292,63)	(2.292,63)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	----- =====	----- =====
Valor residual – 31/12/2024	7.250,34 =====	7.250,34 =====
Taxa anual de depreciação - %	20,00 =====	20,00 =====
2025	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.463,20	11.463,20
Aquisição	3.855,00	3.855,00
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	----- =====	----- =====
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(4.212,86)	(4.212,86)
Depreciação	(2.806,64)	(2.806,64)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	----- =====	----- =====
Valor residual – 31/12/2025	8.298,70 =====	8.298,70 =====
Taxa anual de depreciação - %	20,00 =====	20,00 =====

8. CREDORES DIVERSOS

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	-	7.798,54
Pendências credores diversos	-	488,89
	-	8.287,43
	=====	=====

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2025	31.12.2024
Operações de crédito - IOF	7.077,72	267,19
	7.077,72	267,19
	=====	=====

10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31.12.2025	31.12.2024
Irrf sobre serviços	409,42	404,45
Csrf – Contribuições	1.309,46	1.280,65
Inss sobre salários	3.126,39	3.332,10
Fgts sobre salários	1.517,03	655,61
Irrf sobre salários	1.477,46	-
Iss s/serviços de terceiros	-	186,67
Cofins	616,50	536,79
Pis	100,18	87,23
Csll a pagar	679,66	-
Iss	212,07	26,23
	9.448,17	6.509,73
	=====	=====

11. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	31.12.2025	31.12.2024
Provisão férias	17.388,77	12.821,94
Provisão inss salários	4.086,36	3.359,33
Provisão fgts férias	1.391,08	1.345,99
	22.866,21	17.527,26
	=====	=====

12. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, era de R\$ 3.000.000,00, (R\$ 2.000.000,00) em 31 de dezembro de 2024 dividido em 3.000.000,00 ações, (2.000.000) em 31 de dezembro de 2024, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Sócios	Participação %	Ações Quantidade	Capital Social
Rodrigo Stefani Guindani	25	750.000	750.000,00
Luiz Carlos Stefani	25	750.000	750.000,00
Diogo Stefani Guindani	25	750.000	750.000,00
Giovana Stefani Zaffari	25	750.000	750.000,00
Total	100	3.000.000	3.000.000,00

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2025	31.12.2025	31.12.2024
Despesas gráfica cópias	-	-	(1.805,32)
Despesas multas e juros impostos	(121,66)	(137,44)	-
Despesas com Brindes	(1.130,00)	(1.130,00)	-
Despesas com associações e classes	(173,65)	(173,65)	-
Despesas com telefone	-	(5.749,40)	(1.483,53)
Emolumentos judiciais e cartoriais	-	-	(1.455,20)
Outras despesas administrativas	(4.857,50)	(6.159,82)	(3.025,53)
	(6.282,81)	(13.350,31)	(7.769,58)

14. AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 13.581,49 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa:

Saldos rerepresentados:

	31.12.2024	Valor Ajustado	Rerepresentado 31.12.2024
	-----	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE			
Operações de crédito	303.935,80	13.581,49	317.517,29
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Prejuízos acumulados	(776.939,65)	13.581,49	(763.358,16)

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de "funding" da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia simplificado em 31/12/2025 é de 164,00%.

GIOVANA
STEFANI
ZAFFARI:0171129
7097

Assinado de forma digital
por GIOVANA STEFANI
ZAFFARI:01711297097
Dados: 2026.03.30
17:34:03 -03'00'

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO
EDUARDO
PEREIRA:041678
96923

Assinado de forma
digital por PAULO
EDUARDO
PEREIRA:04167896923
Dados: 2026.03.30
08:58:26 -03'00'

PAULO EDUARDO PEREIRA
Contador
CRC 030018/0-3

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 07 de março de 2025 contendo opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2026.



Rosito & Filomena

Audidores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091

Jose Albino Filomena
Contador - CRC/RS 43.798

Cristian R Weschenfelder
Contador – CRC/RS 78.089

JOSE ALBINO GIARDINO
FILOMENA:2787451608
7

Assinado de forma digital por
JOSE ALBINO GIARDINO
FILOMENA:27874516087
Dados: 2026.03.27 14:47:08 -03'00'



Documento assinado digitalmente
CRISTIAN REGIS WESCHENFELDER
Data: 27/03/2026 14:31:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>